Documento

Pressão política altera fluxo de verba a estados

72 MAI 1992

000.000 B.R.A.Z.I.L.

As reclamações de governadores e ministros sobre a falta de recursos para projetos sociais sensibilizaram o presidente Fernando Collor. A partir de agora, o Ministério da Economia vai começar a liberar verbas de acordo com um novo sistema: em vez de manter o contingenciamento do orçamento com cortes lineares em todas as áreas, vai destinar os recursos aos projetos que os ministérios escolherem como prioritários em cada setor. Um quadro dessas prioridades deverá ficar claro na super-reunião ministerial deste final de semana, quando cada ministro apresentará seus principais programas.

A liberação das verbas orçamentárias foi discutida ontem em encontro no Palácio do Planalto do secretário de Governo, Jorge Bornhausen, e dos ministros da Ação Social, Ricardo Fiuza; dos Transportes, Affonso Camargo; e do ministro-chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Ângelo Calmon de Sá, com o secretário executivo do Ministério da Economia, Luiz Antônio Gonçalves. Apesar da maior facilidade para liberação dos recursos, o Governo faz questão de esclarecer que o novo cronograma não poderá colocar em risco o combate à inflação e ao déficit público.

Gonçalves explicou que os primeiros meses do ano foram apertados, mas as receitas do Tesouro apresentaram modificações por causa da reforma tributária de emergência aprovada no final de 1991, que garantirá um au-

mento de arrecadação no segundo semestre deste ano. No caso do Ministério dos Transportes, o Tesouro vai liberar os recursos já recolhidos a título de Imposto de Importação de Combustíveis, referentes ao final do ano passado. O total das verbas, ainda não definido, será destinado à construção, reforma e manutenção de rodovias em todo o País.

Pressionado por governadores e políticos aliados, o Governo começou a traçar um cronograma para liberar recursos do orçamento, que vinham sendo rigorosamente contidos desde o início do ano. A decisão de ontem, tomada em reunião realizada no gabinete do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, marca uma pequena mudança na política econômica. Agora, os ministros poderão escolher quais programas de suas áreas receberão mais dinheiro.

Segundo explicações de políticos com acesso ao Palácio do Planalto, a maior liberação de verbas não significa que o Governo esteja abrindo o cofre e capitulando às pressões de governadores. Para o senador Marco Maciel (PFL-PE), o Palácio do Planalto está tentando compatibilizar o combate à inflação e o cumprimento de metas fixadas com os credores externos com uma política anti-recessão.

Rolagem — Amanhã, o Governo retoma as negociações com os governos estaduais para tentar definir a rolagem das dívidas dos

estados e municípios. Uma reunião com o presidente do Banco Central, Francisco Gros; o presidente da Comissão de Economia do Senado, Raimundo Lira (PFL-PB); e com o secretário de Fazenda de São Paulo, Frederico Mazzuchelli, poderá encerrar a discussão que começou no início do ano. A lei que regulamenta o assunto é polêmica quanto a definição de "tomador final" do empréstimo. O Governo entende que as dívidas a serem reescaladas são as contraídas com a União e suas instituições financeiras. Os governos estaduais aceitam excluir do montante apenas os débitos com bancos privados e empreiteiros e fornecedores.

Ação articulada — Preocupados com a falta de recursos, os integrantes da bancada federal do PFL pernambucano realizaram um encontro ontem à noite com o governador Joaquim Francisco Cavalcanti. Através do trabalho articulado dos deputados e senadores, o Estado conseguiu a terceira maior dotação do orçamento federal: 320 milhões de dólares (Cr\$ 800 bilhões, pelo câmbio comercial de ontem). Até agora, Pernambuco recebeu apenas 2,5 bilhões de dólares — menos de 1 por cento do total.

Os parlamentares querem que Joaquim Francisco lute de forma mais contundente pelos recursos do Estado. O governador irá transmitir o que ouvir da bancada ao presidente Fernando Collor em audiência marcada para quinta-feira, em Brasília.